



RISCOS



LAMA, O CRIME VALE NO BRASIL - A TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

197

Hudson Rodrigues Lima

Universidade Federal de Uberlândia, Escola de Educação Básica (Brasil)
ORCID 0000-0002-8264-8059 hudson.lima@ufu.br

Vicente de Paulo da Silva

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia (Brasil)
ORCID 0000-0002-4721-1839 vicente.paulo@ufu.br

A escolha desta recensão sobre o documentário “*Lama, o crime Vale no Brasil - A Tragédia de Brumadinho*” (fig. 1), uma produção de Carlos Pronzato e Richardson Pontone, Salvador/BA, Brasil: La Mestiza Audiovisual e Usina Hipermédia, 2019. Documentário (1:17 min.), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sok8jGwPIY> e que trata da chamada “Tragédia de Brumadinho” se deve pela riqueza da abordagem de aproximadamente cinquenta entrevistados. Eles deram voz à população silenciada, pouco ou nunca ouvida, sobre suas impressões durante o processo crítico, antes, durante e depois do colapso da barragem B1 da mina Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale, ocorrida em 25 de janeiro de 2019 no município de Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. A referida tragédia é a maior ocorrida no Brasil e possivelmente em todo o mundo e seus reflexos continuam em curso e são praticamente desconhecidos.

Em tempos valorizados pela informação e comunicação por meio imagético, considera-se que um documentário torna-se uma das ferramentas principais para informar, esclarecer e suscitar trabalhos científicos que possam analisar e tecer conhecimentos contributivos para maior eficiência no conhecimento de riscos e sua gestão, em territórios fragilizados pela apropriação indevida do espaço mineral. Segundo a própria empresa Vale, nascida no estado de Minas Gerais, como uma de nome Companhia Vale do Rio Doce, no ano de 1942; privatizada em maio de 1997, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, “*A Vale é uma mineradora global que transforma recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Com sede no Brasil e atuação em cerca de 30 países, a empresa emprega aproximadamente cerca de 125 mil empregados, entre próprios e terceiros permanentes*” (2020). Percebe-se por esta apresentação da empresa a escala territorial alcançada por ela em todo o mundo e, por isso, possivelmente a crise ocorrida em território brasileiro possa repetir-se em outros países. Assim é importante conhecer o que os moradores, ameaçados e atingidos na tragédia de Brumadinho, bem como especialistas e ativistas ambientais, têm a revelar sobre o problema do modelo de exploração mineral vigente.

“*Por obrigação dela, ela (a Vale) tem que devolver ou nada, ou o corpo do filho da gente que ela tirou. O que eu quero dela é só isso: eu quero enterrar o meu filho*”. Este trecho de fala de “Seu Caetano”, morador da comunidade do Córrego do Feijão, abre o documentário. Nota-se na fala do entrevistado um ato falho, termo da psicanálise para expressar o que vem do inconsciente: o uso da expressão “tem que devolver ou nada” traz do íntimo desse pai o sentimento de que “ela”, a Vale, não devolve nada para aqueles moradores, e que para ele, o que de real poderia ser devolvido, como dito pelo morador, o palpável seria o corpo desaparecido do filho em meio à lama do rompimento. Isso

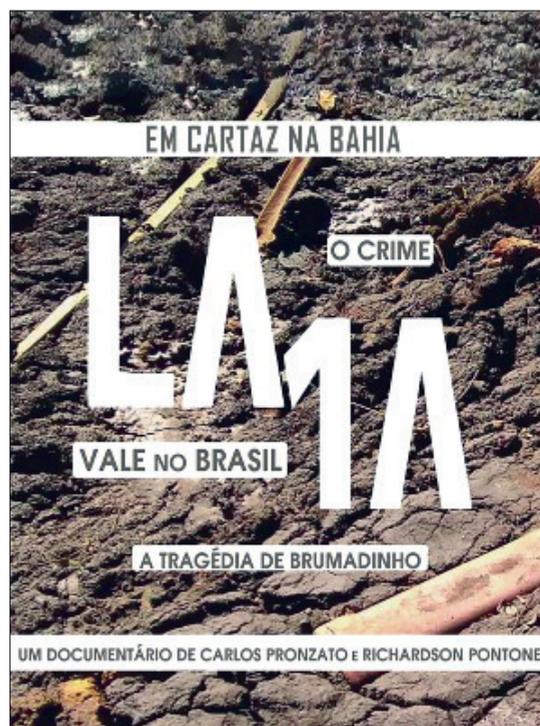


Fig. 1 - Cartaz de divulgação do documentário “Lama, o crime vale no Brasil - A Tragédia de Brumadinho”

Fig. 1 - Poster advertising the documentary “Lama, crime is worthwhile in Brazil - The Tragedy of Brumadinho”.

expressa o grande dilema dos impactos de uma tragédia, a dimensão econômica, o dinheiro, a sobrepor ao mundo emocional dos ameaçados e atingidos.

Após este primeiro relato, segue-se a cena primeira da crise do risco: o colapso da barragem com nitidez de imagens do horror. Na sequência, narrativas de moradores revelam uma das primeiras farsas sobre a segurança de territórios em riscos: a deficiência na comunicação. Os relatos traduzem a ideia do que foi aquele momento, falhas na transmissão de TV, tremores de terra, poeira, falta de energia elétrica e, pior, moradores sem entender o que se passava naquela área, passam a receberem mensagens em seus telefones celulares de que a TV anunciava o rompimento da barragem. Ou seja, onde está nesses fatos a eficiência na comunicação do risco? Saber por terceiros que uma onda de inundação de lama minerária avançava sobre as comunidades e ambientes?

No caos imediatamente ocorrido, é conhecido que um centro de atendimento foi instalado nas proximidades da cidade de Brumadinho. Curiosamente o relato do entrevistado Vanderlei Paulo Caetano, morador de Nova Lima, município vizinho ao de Brumadinho, onde há enorme concentração de atividade minerária, levanta uma suspeita gravíssima, digna de apuração policial. A denúncia de que pessoas que se apresentaram como voluntárias no atendimento às famílias eram, na verdade, “infiltrados” contratados pela empresa Vale, para que ali, no meio do desespero de pessoas, coletassem informações sobre o que ocorria entre a população. Seria esta suspeita verdadeira? Se for verdadeira, por que o uso desta estratégia de uma empresa em momento de uma tragédia? Se for falsa, por que esse sentimento da população de que a empresa pode estar contra ela neste momento de dor e conflito?

O morador Fernando Nunes Araújo, da comunidade do Córrego do Feijão, corrobora e aprofunda as suspeitas e desconfianças em relação à empresa responsável pela tragédia. Expande suas desconfianças sobre o poder público em suas esferas municipal, estadual e federal. Pergunta onde estão os agentes públicos para dar respostas às famílias. Ou seja, se o morador reclama, provavelmente é porque há alguma falha na relação do poder público com a comunidade em relação à atividade econômica naquele território. Isso expõe a necessidade de maior clareza e presença dos governos e do Estado em áreas submetidas a este tipo de risco.

Imediatamente a direção do documentário apresenta a voz da empresa Vale, seu presidente insistentemente ressalta que ela é uma “jóia da sociedade brasileira” e que por mais que o desastre exponha um problema, ela não deveria ser condenada pela população. Este argumento empresarial é recorrente, uma vez que remete à pergunta sempre feita pelo poder econômico: “você é contra o progresso?”. Curioso é que até mesmo parte da população, passa a corroborar com a ideia de que seja um “mal necessário”

correr o risco com o tipo de atividade e de gestão porque o município, o estado e o país necessitam dos recursos oriundos de impostos e da cadeia produtiva que envolve as atividades de um grande projeto de investimento como o do setor econômico minerário.

Relatos de voluntários da saúde e de membro do corpo de bombeiros indicam o quanto o tipo de desastre como o de Brumadinho mobilizam pessoas desconhecidas que se deslocaram de diversas regiões do país, lembrando que o Brasil possui dimensão continental, devido à grande demanda por socorro pós crise instalada. Se por um lado o trabalho voluntário e humanitário seja importante, por outro lado, em áreas com este tipo de risco, o voluntarismo não pode ser a tônica, pois Brumadinho revelou que nem a empresa e muito menos o poder público em suas esferas, estavam preparados para gerir a crise.

Cabe fazer referência à uma trilha sonora utilizada no documentário em que são apresentadas cenas chocantes da lama e dos resgates de vítimas: de autoridades como o governador do estado e do presidente da república a visitarem o local; dos relatos dos chamados “heróis” da tragédia, os profissionais do corpo de bombeiros de Minas Gerais e de outras unidades da federação, que tiveram reconhecimento social por sua insistência em recuperar corpos ou fragmentos de vítimas, de relatos chocantes de vizinhos e famílias que tiveram perdas de seus amigos e parentes; de moradores que no primeiro instante tentavam aproximar da lama e diziam temer estar pisando sobre corpos. Enfim a letra da música “L.A.M.A S/A” é:

“Lama!

Mal começa o ano e já nos deparamos com todo esse drama
 Mais uma barragem que abre passagem e invade até grama
 Sai varrendo tudo, mostrando ao mundo a verdadeira trama
 De um sistema covarde, que mente, corrompe, suborna e engana

Era quase 1 hora, tudo foi embora junto com a gama
 De minério e barro, foi casa, foi carro, foi bicho e foi cama
 Em meio ao vazio afetou mais um rio e fica o panorama
 De um povo que sofre, que fica sem rumo entre o caos e a lama!

A felicidade que me fez sentir
 Na tranquilidade que morava aqui
 Tá tudo na lama, agora é só lama!

Toda beleza que causou frisson
 Monocromatizada por um tom marrom
 Virou um mar de lama, agora é só lama!

Nesse show de horrores, os grandes senhores demonstram tristezas
 Mas nos bastidores se borram e se escondem atrás de suas mesas
 Bateu desespero junto ao destempero em falar da “tragédia”
 Juntam o “Novo” e o “Bozo”, em voo fretado, pagar de comédia

Um discurso pronto, um certo desaponto e passar por bom moço
 Pra iludir você, chora até na TV pra mostrar que tá osso
 Mas a grande sacada é tentar camuflar a verdade que emana:
 Nos fazer esquecer que, além de Brumadinho, teve Mariana!

Vidas perdidas que não vão voltar
 Nenhum dinheiro consegue comprar
 Só compra mais lama, se paga com lama

Prosperidade jamais existiu
 Missões e valores, ninguém nunca viu,

Por causa da grana, tudo virou lama!
 A impunidade nos mostra o cenário perfeito do mal
 A contagem dos corpos é escancarada no lamaçal
 Sobrando a revolta de quem se abraçou na esperança e aguarda
 Uma informação, sem auxílio, sem chão, sem respeito, sem nada!
 Este é um sofrimento que não faz parte do seu dia a dia
 Negligência, gana por grana de descaso passam a garantia
 Que o engravatado não vai ser julgado e nem posto em cana
 Vidas por um triz, já cantava Elis: “É a lama, é a lama!”

Vários massacres que mudam de nome, mas com o mesmo algoz
 Não vamos ceder, vamos reerguer, ouvirão nossa voz
 Transformar a apatia em força e empatia e buscar sempre mais
 É a nossa gente que me dá orgulho das Minas Gerais

O momento é agora, chegou nossa hora, não vão nos calar
 Estamos cansados de tanta promessa e tanto blá blá blá
 Errou se pensou que a vida arrancada vale 100 mil
 Ficou a família traumatizada, nem sei se você viu!

Vamos pra cima, vamos nos unir
 Está na hora de alguém assumir
 A conta da lama, de quem é essa lama?!
 Consciência e luta para reagir
 Esse é o motivo que nos faz seguir
 Ressurgir da lama, sairemos da lama!

E mais uma vez ficamos à mercê da máquina extrativista
 Que prioriza suas riquezas minerais à seres humanos
 Barragens à montante,
 Picaretagem à montante,
 Mortes à montante,
 Sangue e lágrimas à montante!

O que vale é a justiça!

Seguiremos tocando o barco, juntando os cacos

E ouvirão a voz que ecoa em meio a todo o caos que foi deixado
 Lutaremos em honra daqueles que tiveram suas vidas ceifadas

Sou eu, sou você

Lembrando sempre que a verdade é uma só:

SOMOS TODOS ATINGIDOS!”

Composição, letra, arranjos produção: Edgar Filho;
 Intérpretes: Michele Oliveira, Jú Felício, Edgar Filho, Shabê Furtado,
 Roger Deff e Lucas Uca

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jGf_VLTdqVs

A inclusão da letra da música é importante nesta
 recensão uma vez que foi produzida para o documentário
 pelo projeto Suricato Lab, da capital de Minas Gerais,
 Belo Horizonte, vizinha do município de Brumadinho e
 traduz, sobremaneira, o roteiro do documentário.

Imediatamente ao acidente, manifestações de moradores
 ocorreram na cidade de Brumadinho e reverberaram entre
 outras entidades, particularmente as que trabalham com
 os atingidos por Barragens. Letícia Oliveira, do Movimento
 dos Atingidos por Barragens (MAB), entidade civil muito
 atuante em todo o país, juntamente com os relatos de
 auditor do trabalho e moradores, afirmam veemente que
 a Vale sabia que sua barragem poderia romper. Prova
 disso, são as reuniões que foram por ela promovidas com
 moradores, principalmente depois da tragédia de Mariana
 (2015) e surpreendentemente orientavam os moradores
 que, caso a sirene fosse disparada, lembrassem de pegar
 os documentos que foram entregues. Ou seja, na voz dos
 moradores um indício grave: era de conhecimento da

empresa Vale que a barragem de fato entraria em colapso?
 Esta dúvida ecoa até os dias de hoje (2020), mais de um
 ano passado desde o lamaçal, também conhecido como
 “mar de lamas”, sem que efetivamente o poder público
 tenha identificado e punido todos os responsáveis e mais,
 não terem solucionado os problemas sociais decorrentes
 da tragédia no município.

Uma série de relatos desde moradores, de sindicalistas,
 de ativistas ambientais até os de cientistas, atestam que
 a Vale tinha conhecimento que a sua barragem poderia
 romper a qualquer momento e nenhuma iniciativa incluiu,
 junto com o poder público, para que as pessoas fossem
 poupadas do risco trágico que corriam. O conteúdo destes
 relatos perpassa pela identificação de rachaduras na
 barragem que minavam água, o reconhecimento da Vale de
 que em mais de uma centena de seus empreendimentos,
 oito mereciam esvaziamento, entre eles a de Fundão em
 Mariana e a de Brumadinho, rompidas em curto espaço
 de tempo, 2015 e 2019 respectivamente. Enfim, tudo
 leva a crer que se a Vale sabia do problema ele deixa
 de ser um acidente e passa a ser um crime. E esta é a
 grande questão que os moradores e o documentário fazem
 emergir. A questão existente ainda continua sem resposta.

Outro ponto importante abordado por moradores,
 ativistas ambientais e comunidades tradicionais dos índios
 tapaxó, ainda sobreviventes, é o contraponto feito à área
 denominada na região de “quadrilátero ferrífero”. Esta área
 é conhecida desde a colonização, até os dias atuais como
 uma das maiores jazidas minerárias do mundo, não pode ser
 chamada apenas com esta denominação. A região é rica em
 mananciais de água devido à característica geomorfológica
 e muitos reivindicam que teria que ser reconhecida muito
 mais como “quadrilátero aquífero”. É dessa região que
 nascem importantes bacias hidrográficas, fundamentais
 para o abastecimento de água que ultrapassam os limites
 do território estadual. Se a tragédia de Mariana em 2015
 impactou e impacta negativamente os diversos usos de água,
 desde a região metropolitana de Belo Horizonte, centro e
 nordeste de Minas Gerais, norte do estado do Espírito
 Santo até o oceano Atlântico; na tragédia de Brumadinho,
 a inviabilização de diversas atividades econômicas rurais
 e urbanas por conta da contaminação do rio Paraopeba,
 tributário da região hidrográfica do rio São Francisco, seguiu
 seu curso para o centro e norte do estado, mas segue a
 contaminar águas, em todo o seu trajeto até a região
 nordeste do Brasil, onde localiza-se a sua foz no oceano
 Atlântico, nas divisas estaduais de Sergipe e Alagoas.

Para alguns especialistas entrevistados, houve aproxima-
 damente 250 hectares de áreas florestais atingidas pela
 espessa lama, que inviabilizou o geossistema hídrico da
 região. Para uma parte dos especialistas, há a avaliação
 de que a recuperação é impossível e para outra parte
 ela é possível, mas em ambas as posições exigem
 grandes somas de investimento financeiro, científico e

governamental. Esta situação remete a uma outra ordem da tragédia, a de uma herança maldita que compromete uma série de atividades econômicas.

A questão que envolve o licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais foi abordada no documentário por diversos profissionais, colocando em dúvida a idoneidade na produção dos documentos que o compõe. Alertam sobre casos de cooptação das empresas de avaliação ambiental por parte dos empreendedores e que setenta por cento dos deputados estaduais, por onde passa a aprovação da legislação ambiental estadual, são financiados por mineradoras, impondo assim a supremacia dos interesses privados sobre bens públicos, a exemplo das riquezas minerais, em detrimento da segurança dos sistemas sociais e naturais.

A criminalização da Vale é outro aspecto abordado pelos entrevistados moradores e especialistas, como advogados, jornalista e ativistas ambientais, os quais denunciam a dificuldade experimentada no caso da Tragédia de Mariana, a se repetir na Tragédia de Brumadinho, com os processos criminais que nunca chegam a culpabilizar as mineradoras. Ainda neste aspecto há o questionamento sobre o preconceito jurídico entre o tratamento de vítimas pobres diferenciadas de vítimas ricas. Em Brumadinho percebe-se que as vítimas ricas têm conseguido arrancar algumas recompensas de danos e perdas, o que não é comum entre os mais pobres. Há uma crítica à política de reparação adotada ou por meio de pagamento de multas que, quando pagas, se perdem no caixa do governo, nunca chegando diretamente aos atingidos ou na forma indenizatória; no caso de Brumadinho a oferta de cem mil reais, algo próximo aos 17 mil euros em cotação de maio de 2020. A pergunta lançada pelos entrevistados é: este seria o preço de uma vida? Membro do Ministério Público Estadual, em defesa das vítimas, argumenta sobre a necessidade de políticas públicas, financiadas pela empresa, a fim de fomentar o retorno mínimo e seguro para uma vida digna das famílias, dentro das expectativas que as mesmas tinham antes da tragédia.

O agravante no caso de Brumadinho, segundo o conteúdo do documentário, passa a ser os diferentes interesses e diferentes caminhos jurídicos a serem utilizados pelas famílias de vítimas. Se na justiça criminal cotam-se anos a fim de apelações, recorrer à justiça do trabalho, significa encarar uma infinidade de entendimentos sobre a legislação. Diante disso, a via legal tem demonstrado quão frágil é o direito à vida do cidadão ameaçado e atingido por desastre. O jogo de poder presente na interpretação de leis revela que a solução ética é difícil de ser defendida pela justiça, pois no fundo o que está em jogo é o volume de recursos financeiros a ser destinado, pelo grande projeto de investimento, no bem-estar das pessoas e na recuperação de seus ambientes.

O direito à vida, além da humana, também é presente no documentário. A região atingida pela onda de inundação

era predominantemente rural. Havia vários tipos de criação de animais domésticos e áreas de vegetação preservada onde viviam animais silvestres. Há o relato que, considerando a ética da veterinária médica, muitos animais tiveram que ser sacrificados, outros salvos. Esta questão é fundamental pois pouco existe, em momentos como este de tragédia, aqueles que defendem o direito à vida animal e por que não, da vida vegetal, que se vai e ainda há muito o que ser feito, no campo da justiça, para avançar nesses direitos à vida, para além da humana. Nesta parte do episódio é chocante a cena de uma vaca, ainda viva, atolada e desfigurada pela lama.

Em toda essa realidade complexa da tragédia outros sujeitos sociais aparecem, os grupos geralmente marginalizados pelo poder público e, também, por uma parte da sociedade como um todo. Trabalhadores sem terra também foram atingidos e se tornaram vítimas do desastre. Entretanto, na acusação de ilegalidade deste movimento social, que é e tem que ser entendido como legítimo em uma sociedade desigual como a brasileira e a exemplo de muitos outros países onde a atividade minerária é intensa, continuam duplamente sem direito: da terra para trabalhar e o da reparação ou compensação das terras que foram ocupadas e atingidas pelo desastre.

Outras narrativas tocam na questão do medo da população local em relação aos efeitos da lama de rejeitos na saúde da população e dos ambientes naturais como a poeira e a percolação da água contaminada para os lençóis freáticos. E uma nova questão é posta: se a Vale criou o problema, ele é responsabilidade dela e não da população e do poder público, para dar fim e/ou solução ao rejeito. O depoimento do Jornalista Gustavo Gazzinelli é enfático nesta questão. Junta-se a isso o sentimento de que a Vale é premiada por governos e poderes públicos por serem condescendentes com a tragédia. É dito por profissionais diversos que há uma ilusão sobre os benefícios da grande mineração. A atuação dos grandes projetos de investimento não reverte para as comunidades onde atuam, uma efetiva perspectiva de melhoria de vida, pois alegam que a exportação de commodities do minério de ferro mais retira a possibilidade de desenvolvimento local do que o promove. Especialistas demonstram no documentário que as grandes mineradoras querem a redução de custos em todos os setores e, para isso, descuidam dos processos de gestão dos riscos, com sistemas arcaicos de exploração mineral, desvalorização da mão de obra, enfim há um baixo valor agregado na atividade. No entanto, a carência social é tão grande que mesmo com este padrão de produção, tanto o poder público quanto os trabalhadores acabam por supervalorizar a companhia mineradora, pois ela torna-se a única opção de obtenção de recursos, seja na forma de emprego, renda e arrecadação de impostos, pois tensiona, ameaça e dificulta outras atividades que poderiam de fato desenvolver, de forma diversificada, a economia local.

O fato da empresa Vale ter sido privatizada no movimento neoliberal da década de 1990, no Brasil, o documentário aborda se uma possível atuação segura de seus negócios para as comunidades onde atua estaria relacionada em voltar a ser estatizada ou continuar privatizada. Os especialistas colocam em dúvida as duas condições de propriedade. Parecem ir em direção a uma discussão ética e moral, o que parece não existir na lógica do capital, que inclusive contamina governos conservadores, liberais e progressistas. E mais, que o desafio posto no Brasil e no mundo é o de exigir modelos tecnológicos da mineração menos arriscados do que os existentes. E fica claro que a mineração praticada em Minas Gerais, nos últimos 70 anos, não foi ética com as comunidades e com os ambientes, necessitando de apuração do volume de lucros acumulados e exigir que cesse sua exploração e invista nas áreas degradadas social e ambientalmente.

De acordo com os entrevistados, o cessar da mineração, por esgotamento das jazidas e/ou como forma preventiva contra novas tragédias, exige políticas públicas de planejamento e ordenamento do território no sentido de criar condições de atividades econômicas diversificadas, possibilitando a independência da atividade única com base na mineração. Apontam, por exemplo, para a vocação regional da agroecologia e do turismo ecológico, devido as características ambientais de montanhas, floresta tropical, campos rupestres, mananciais de água, córregos e rios encachoeirados, comunidades tradicionais de indígenas, quilombolas, rurais; gastronomia peculiar, dentre outros aspectos.

Aproximando do final do documentário, é apresentada uma suspeita séria. A de que a Vale em acordo, possivelmente secreto, com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sabedora dos problemas com suas barragens perigosas, havia construído um texto de lei para planejar o descomissionamento das mesmas. Prova é que o texto foi aprovado dois dias depois da tragédia de Brumadinho. Moradores e especialistas argumentam que esta alternativa parece demonstrar que a nova legislação é altamente lucrativa para a mineração, uma vez que libera reusos das áreas de mineração, o que pode indicar o surgimento de novos tipos de riscos.

“Lucro acima de tudo e lama em cima de todos” é a fala da entrevistada do movimento Águas e Serras de Casa Branca, Carolina de Moura, trocadilho do lema do governo federal atual que diz “Pátria Amada Brasil - Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, para expressar o medo da população em relação ao seu presente e ao seu futuro, bem como expor a desesperança de que algo será feito pelo bem das pessoas e ambientes, uma vez que se refere à tragédia de Mariana onde pouco ou nada foi recuperado, mitigado ou compensado pela mineração e governos. A moradora de Córrego do Feijão, Dona Vicentina, finaliza o documentário com uma frase: “na

hora que acabar isso aí, esse barulho de helicóptero, que esses corpo de bombeiro for embora, esse policiamento, todos forem embora, a gente vai ficar esquecido aqui”, seus olhos se enchem d’água e termina o documentário. Essas ideias como as de Carolina e Dona Vicentina são recorrentes por quem é atingido por uma tragédia: o esquecimento social.

O título do documentário: Lama, o crime vale no Brasil é bastante pertinente. A expressão “o crime vale” traduz o relato dos entrevistados explicitados nesta recensão e cabe ao leitor refletir sobre a dúvida que paira sobre as atividades de grandes projetos de investimento: crime ou fatalidade?

Há exato um ano desde a Tragédia de Brumadinho de 25 de janeiro de 2019, um grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Riscos em Grandes Empreendimentos (NEPERGE), do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais, Brasil), esteve em Trabalho de Campo na referida região. Verificou-se que quase nada, além de algumas compensações financeiras e algumas obras de recuperação de cursos d’água, foi feito em benefício efetivo para as famílias vitimizadas. Nas andanças do grupo na área impactada pelo desastre, paisagens destroçadas ainda assustam o visitante. O Grupo, vigiado o tempo todo por seguranças em automóveis contratados pela Vale, ainda conseguiu circular entre os destroços e lama petrificada com rejeitos. Na imagem de uma residência (fig. 2), seus elementos podem expressar por si o despertar de pensamentos e sentimentos, de pessoas, vida animal e vegetal, por onde passou o “mar de lama”.



Fig. 2 - Escombro de uma residência às margens do Córrego do Feijão na comunidade Parque das Cachoeiras, Brumadinho, Minas Gerais, Brasil (Fotografia de Hudson Rodrigues Lima, janeiro de 2020).

Fig. 2 - Remains of a home on the outskirts of the Córrego do Feijão in the Parque das Cachoeiras community, Brumadinho, Minas Gerais, Brazil (Photograph by Hudson Rodrigues Lima, January 2020).